



# Anais da Assembléia

N.96

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 81.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1.987

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Geronte Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, David Cheriegate e Haroldo Rodrigues Ferreira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa

defer e solicita ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência proceda à chamada nominal, em nome da Liderança do PDT, eu solicito a Vossa Excelência que determine seja registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao nobre Colega Deputado Tadeu Lúcio Machado, que no último sábado num ato de justiça, num ato de merecimento, foi agraciado e recebeu o Título de Cidadão Honorário de sua cidade, Santo Antônio da Platina. É um Deputado operoso, trabalhador, que tem honrado o seu mandato, é um amigo de todos nós, independente de sigla partidária. E eu tenho certeza, Senhor Presidente, que a minha alegria é também dos demais Deputados desta Casa com a homenagem que se prestou a este extraordinário Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defer e fará constar o conteúdo do seu pedido dos Anais desta Casa.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e seis Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação. Aprovada a Ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte expediente.

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, encaminha a Vossa Excelência a relação dos membros do PMDB, que deverão integrar a C.P.I. "Comissão Parlamentar de Inquérito" do Banco do Estado do Paraná e do Banco Del Paraná, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

1. Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO.
2. Deputado ACYR MEZZADRI.
3. Deputado EDMAR LUIZ COSTA.
4. Deputado NEREU MASSIGNAN
5. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvir o Plenário, seja considerado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n. 174/87, que altera o artigo 22 da Lei n. 6.364, de 29/12/72, permanecendo inalterados os seus parágrafos.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do mesmo, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Teobaldo Vitório Machado.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 219/87, oriundo de Mensagem Governamental n. 75/87.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Nestor Baptista.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 189/87, que eleva de treze para dezessete o número de Vereadores na Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário a dispensa da Votação e Discussão da Redação Final para a Proposição n. 59/87, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Soberano Plenário, a volta do horário de 14 horas e 30 minutos para a realização das sessões

nas quintas-feiras, como prevê o texto original do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO, EZEQUIAS LOSSO e ANTÔNIO BELINATI, Líderes dos respectivos partidos PFL, PL e PDT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em nome da Bancada do PMDB, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Marcos Freire, Ministro da Reforma Agrária, ocorrido na noite de ontem, dia 08 de setembro de 1987, vítima de acidente aéreo, aos cinquenta e seis anos de idade.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB.

#### JUSTIFICATIVA:

Advogado, o Dr. Marcos Freire, aos 56 anos deixa uma lacuna no cenário político nacional, pelos seus relevantes serviços prestados, quando falece vítima de lamentável acidente.

Nasceu no Recife, em 1931, formando-se em Direito em 1955. Em 1968, renunciou a Prefeitura de Olinda em protesto ao AI-5, antes mesmo de tomar posse. Em 1970, foi o Deputado Federal mais votado de Pernambuco e em 1974, foi eleito para o Senado, sempre pelo MDB. Em fevereiro de 1986, setores do PMDB de Pernambuco mobilizaram-se e Dr. Marcos Freire assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal.

Em junho do corrente ano assumiu o Ministério da Reforma Agrária, reconhecendo que teria muitos problemas para implantar a reforma no país. Marcos Freire deixa-nos uma frase sua ao assumir o Ministério da Reforma Agrária:

"...Não estou assumindo o Ministério de Invasão e sim o Ministério da Reforma Agrária..."

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja concedido um minuto de silêncio pelo trágico falecimento do Ministro da Reforma Agrária Dr. Marcos Freire e sua comitiva, ocorrido na noite de ontem, no aeroporto de Carajás, Estado do Pará.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

em pleno uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Visconde Charles de Laguiche, ocorrido no último dia 02 de setembro no Município de Cândido de Abreu, neste Estado.

REQUER, ainda, que da decisão sejam informados os Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais de Cândido de Abreu e Fênix, Vereadores de ambos os Municípios, bem como os seus familiares e autoridades francesas.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido em 07 de outubro de 1892, na França, de família nobre e rica, após a 1ª Guerra, em 1922 veio ao Brasil, tendo se estabelecido no Município de Cândido de Abreu, neste Estado.

Amante da natureza, preservacionista da fauna e da flora, por vocação, desde a sua chegada ao Brasil procurou difundir princípios de reflorestamento e preservação das espécies animais, quando ainda não era preocupação importante nos meios de comunicação e na literatura internacional a problemática do meio ambiente.

Apaixonado pelo Brasil, sua pátria adotiva em 1948 adquiriu terras no Município de Fênix, e sua vida foi dividida entre aqueles dois Municípios, que se beneficiaram com o seu cuidado ambiental.

Por volta de 1970, seus esforços de reflorestamento tornaram-se conhecidos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que tendo se valido officiosamente das suas experiências no setor, divulgou-as, o que lhe valeu a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Seu amor ao Brasil fez com que há quinze anos, sentindo que lhe abandonava a energia da juventude, não mais visitasse a França, apesar dos laços familiares e bens materiais que lá deixara, temendo morrer e ser enterrado em outro solo que não fosse o brasileiro.

Os privilegiados que tiveram oportunidade de conhecê-lo sabem o quanto conhecia da nossa história bem como da sua larga e sábia visão sobre todos os setores da vida brasileira.

A morte desse pioneiro preservacionista da natureza deixa uma lacuna irreparável na história do Paraná, e este voto de pesar deve ser considerado o primeiro ato de uma série que tomaremos para preservar e difundir o seu nome.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pe-

sar pelo falecimento da Senhora Catarina Kurta Myskiw ocorrido no dia 30 de agosto, em Prudentópolis - PR.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) VERA AGIBERT

#### JUSTIFICATIVA:

Cada vez que desaparece uma pessoa que muito contribuiu com o desenvolvimento de uma comunidade isto constitui-se em lamentável perda para o Município, para o Estado e para o País.

Catarina Kurta Myskiw participou do desenvolvimento de Prudentópolis através da formação de uma consciência comunitária e cristã em sua célula familiar, sobrevivendo da agricultura com denodado esforço, quando a situação do campo era bem mais precária. Como representante de Prudentópolis, resta-me compartilhar com a dor dos familiares pela inconformável perda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de seus direitos regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Professor Benjamin Antônio Johann, ocorrido dia 06 de setembro próximo passado, em Paranavaí, e que deixou uma lacuna na cultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Benjamin Antônio Johann, nasceu em Venâncio Aires Rio Grande do Sul em 04 de maio de 1910, filho de José e Edna Johann. Era casado com Emma Johann e tinha cinco filhos.

Chegou em Paranavaí em 1955, trabalhando inicialmente no Ginásio Municipal de Paranavaí, onde lutou incansavelmente pela sua estadualização, o que aconteceu em 1956.

Desde o início mostrou seu amor à profissão e aos alunos que por ele foram ensinados e preparados para o futuro.

Tinha alto nível cultural, tendo realizado estudos de francês na Bélgica.

Era licenciado em Francês, psicologia, História e Filosofia.

Transmitiu seus conhecimentos a mais de duas gerações de alunos filhos de Paranavaí.

Paranavaí, com esta perda, abre uma lacuna em seu magistério Estadual.

Benjamin nos deixa o exemplo de luta, amor e espera nesta nova geração.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e com inserção em Ata dos trabalhos da pre-

sente sessão de votos de congratulações a classe dos administradores de Empresa pelo transcurso do dia do Administrador de Empresa, comemorado em 09 de setembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Moisés Antônio Bortolotto, Digníssimo Presidente do Conselho Regional de Administração - Rua Mal. Deodoro, n. 497 - 10º And. S/105 - 80.020 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão de votos de congratulações, à classe dos jornalistas, pelo transcurso do Dia do Jornalista, comemorado em 10 de setembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Desidério Peron, Digníssimo Presidente do Sindicato dos Jornalistas no Paraná - Rua José Loureiro, n. 211 - S/5 - 80.010 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações pela eleição e posse do Deputado Orlando Pessuti para o cargo de Presidente da Associação de Veterinários do Paraná, ocorrida na data de 09 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, na pessoa de seu presidente, Senhor Desidério Peron, pelo transcurso de mais um dia dedicado a esta classe.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração nos anais desta Casa, de voto de congratulações aos Médicos Veterinários

do Paraná, pela passagem do seu dia na data de ontem.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa ao Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Estes profissionais estão presentes nas clínicas de pequenos animais e nas zonas produtoras cuidando da saúde e desenvolvimento dos rebanhos, dando-nos assim a garantia de todos os alimentos de origem animal que consumimos tenham boa qualidade. Sua importância é ainda relevante quando se leva em conta o caráter científico da profissão, sendo que alguns veterinários já ajudaram até mesmo a desenvolver fórmulas de medicamentos que foram aproveitados para os seres humanos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e com inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações à Classe dos Médicos Veterinários, pela passagem do Dia do Médico Veterinário, comemorado em 09 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

1- Doutor Sebastião Gonçalves Franco  
DD. Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.  
Rua Mal. Deodoro, 497, 9º andar s/92.  
80.020- Curitiba- Paraná

2. Doutor Élio João Ventura  
DD. Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários no Paraná.  
Rua Mal. Deodoro, nº 497, 9º andar s/91  
80.020- Curitiba- Paraná

3. Doutor Deocy Conceição França  
DD. Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária.  
Caixa Postal, 7661  
80.021- Curitiba- Paraná.

4. Excelentíssima Senhora Olendina Fietcher  
DD. Presidente da Associação das Esposas dos Médicos Veterinários do Paraná  
Rua Mal. Deodoro, 497, 9º andar s/92  
80.020- Curitiba- Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, com base no art. 134, § 1º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio

Plenário, conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações para a Indústria COTONIFÍCIO KURASHIKI DO BRASIL LTDA., de Ponta Grossa, por estar completando quinze anos de atividades no ramo de fiação de algodão.

Fundada em 1972, empresa Kurapo Industries, radicada no Japão, a qual é possuidora 97,24% de suas ações, nossa homenagem conta hoje com uma produção de 650 toneladas/mês de fios de algodão, cuja mercadoria além de ser destinada à exportação, vem atendendo a demanda dos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Atualmente, tem como Diretor Presidente o Senhor Hiromichi Suzuki. Conta com quinhentos e cinquenta funcionários, um Capital Social de CZ\$ 108.212.255,00 e um escritório em São Paulo que funciona como filial. Vem também se desenvolvendo, em pequena escala, no ramo do reflorestamento.

Indiscutivelmente, é mais uma valorosa indústria dos Campos Gerais que vem contribuindo com o engrandecimento de nosso querido Paraná.

Sentimo-nos honrados em manifestar nossas sinceras congratulações à Diretoria e aos funcionários da COTONIFÍCIO KURASHIKI DO BRASIL LTDA.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e dentro das normas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações, pelo transcurso do Dia da Imprensa, com os órgãos de comunicação que dão cobertura aos trabalhos desta Assembleia Legislativa e que compõe o "Comitê de Imprensa".

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste a todos os órgãos de comunicação que, oficialmente, cobrem os trabalhos legislativos.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O caminho percorrido pelo homem, desde a invenção dos símbolos que permitiram a grafia da palavra falada, até os revolucionários e sofisticados inventos da comunicação atual, foi bastante extenso e conquistado arduamente. Hoje, a história é feita através dos meios de comunicação, o jornalista e o comunicador representam o papel do historiador.

O poder da comunicação um dos maiores

dentro do mundo civilizado, porque capaz de influenciar na evolução de um povo, a ponto de sua cultura ser medida pelo grau e uso da imprensa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor pelo transcurso, em 09 de setembro, do Dia do Veterinário.

A nobre missão exercida pelos Médicos Veterinários, principalmente na zona rural, na maioria das vezes em condições adversas, debelando doenças epidêmicas e também fiscalizando as condições de consumo da carne animal, vem a justificar o presente pedido.

Requeremos, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, sito à Rua Brasília Itiberê nº 356- Bairro Capanema, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente com votos de louvor à Direção e Jornalistas do Jornal Indústria e Comércio pelos onze anos de fundação e, cumprimentando pelos serviços de informações prestados ao povo paranaense.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de funcionários para a Seção Técnica do Instituto de Criminalística em Maringá, a fim de suprir as deficiências encontradas naquele órgão.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, solicitando recursos financeiros para o "MOLI-

VI- Movimento de Libertação de Vidas", entidade esta que vem prestando significativos serviços à comunidade, sobretudo com a recuperação de viciados, já que vem enfrentando renovadas crises financeiras, decorrentes dos amplos trabalhos desenvolvidos.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O "MOLIVI - Movimento para Libertação de Vidas", é uma entidade de caráter cívico-religioso e, como instituição educacional, assistencial e beneficente, sem fins lucrativos, visa servir pessoas de qualquer raça, cor ou credo. Fundada em 22 de setembro de 1975, tem a finalidade de recuperar e conscientizar crianças, jovens e adultos das terríveis consequências do uso das drogas e do álcool e, como prevenção, assistir a famílias carentes e propagar o Evangelho através de igrejas locais ou campos missionários.

A instituição vem desenvolvendo seus trabalhos com extrema precariedade, inclusive deixando de atender um significativo número de famílias desesperadas e que buscam salvar a vida dos filhos, marginalizados pela degenerada atuação dos traficantes, porquanto não conta com efetiva contribuição dos poderes públicos.

REQUERIMENTO -

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefones comunitários nos Conjuntos Habitacionais Marialva I e II.

Considerando ser o telefone comunitário um meio rápido de comunicação e mais viável para as pessoas de baixa renda, residentes nestes Conjuntos Habitacionais, é que o nobre edil Onésimo Aparecido Bassan, reivindica.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Raphael Di Larcio, Superintendente Regional do INPS - Paraná, solicitando a criação de uma representação ou agência do INPS no Município de Sarandi.

Sarandi de 21 mil habitantes em 1980, saltou para a expressiva densidade populacional de 50 mil habitantes em 1987. Seu parque industrial, o influente comércio e autônomos, com milhares de beneficiários

do INPS, na grande maioria trabalhadores, diuturnamente procuram os órgãos previdenciários na grande Maringá, com enormes sacrifícios pessoais, servindo-se de transportes coletivos, de bicicletas e muitos deles a pé, enfrentando as eternas vias sacras das filas com sofrimento e penúria.

Sarandi, a despeito dos arcaicos cálculos de antanho, cresce numa média de 6 a 7 mil habitantes por ano, o que a coloca entre as cidades que mais crescem no Paraná. Sabemos que muitos segmentos da sociedade política e administrativa estadual e federal, ainda desconhecem seu vertiginoso progresso.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, solicitando a implantação do Projeto Galha Azul, no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Os bons resultados obtidos pela brilhante iniciativa desta Secretaria, com a implantação do programa Galha Azul, que propicia efetiva participação das comunidades municipais, nas decisões de suas prioridades, nos trazem a solicitar sua implantação no Município de Castro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, solicitando a implantação do Projeto Galha Azul, no Município de Uraí.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Os bons resultados obtidos pela brilhante iniciativa desta Secretaria, com a implantação do programa Galha Azul, que propicia efetiva participação das comunidades municipais, nas decisões de suas prioridades, nos trazem a solicitar sua implantação no Município de Uraí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando a liberação de um veículo equipado para combate a incêndio, destinado ao Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte, com aproximadamente 70 mil habitantes, conta com diversos edifícios construídos e em construção, estando totalmente desprovido de assistência neste setor.

Esta é uma das principais reivindicações das autoridades locais, entidades representativas e comunidade em geral, uma vez que as condições atuais vêm causando grande apreensão entre a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando estudos quanto a viabilidade da criação e construção da sede própria de um escritório regional do Governo do Paraná, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o objetivo do Governo do Paraná em descentralizar os órgãos públicos, em projeto conjunto com a Secretaria do Planejamento e Secretaria da Administração, solicitamos a verificação das possibilidades quanto ao Município de Cianorte tornar-se pioneiro nesta experiência.

O referido escritório englobaria a representação dos órgãos do Estado existentes em Cianorte - DETRAN, Secretaria da Agricultura, ACARPA, CLASPAR, ITCF, Secretaria da Educação, CAFE DO PARANÁ, Secretaria do Trabalho/FASPAR e IPE, bem como aqueles que virão a ser criados.

Através de contatos com a comunidade, bem como com lideranças políticas e representantes de todos os segmentos da sociedade local, sentimos a receptividade quanto à referida criação, cujo argumento principal é de que, desta forma, o Governo estaria mais próximo de sua população.

Em contato com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, procurando viabilizar a doação do terreno para o Centro Cívico do Município de Cianorte, obtivemos a informação de que a mesma colocará à disposição do Estado um terreno cujo valor imobiliário é um dos maiores do Município, bastando para isso um ofício do Governador reivindicando a doação, indicando a área necessária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado, solicitando a elaboração de uma política florestal para o Paraná que estruture o reflorestamento tanto para fins comerciais quanto para garantir o equilíbrio ambiental.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, à Associação Paranaense de Engenharia Florestal e à Associação de Produtores de Madeira.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O desmatamento desenfreado e irracional que reduziu a cobertura florestal do território paranaense de 85% no início da colonização para 17,21% nesta década, colocou o Estado numa situação crítica. Se a exploração da madeira já foi uma das matrizes de nossa economia, hoje nossas reservas são insuficientes até mesmo para o uso como combustível, o que prejudica principalmente cooperativas e agroindústrias que dependem de fornecimento regular de lenha.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Madeira, existe hoje no Paraná um déficit anual acumulado entre 500 e 600 mil hectares para reflorestamento. Em algumas regiões do Estado praticamente inexistem disponibilidade de lenha e o que ainda resta de floresta está no limite máximo da legislação e não pode ser explorado, obrigando a maioria das indústrias a irem até Mato Grosso do Sul ou Paraguai, para obter o combustível.

Enquanto os produtores e exploradores de madeira solicitam auxílio, o Governo do Estado já vem tomando algumas medidas neste sentido. Mas a recuperação e manutenção florestal no Paraná exige uma política e planejamento a longo prazo. É importante, portanto, que o Governo Estadual não adie a iniciativa de colocar seus técnicos para estudar um plano de reflorestamento para o Estado, tanto para fins comerciais quanto de espécies nativas. Uma possibilidade que merece ser lembrada é a da utilização do manejo integrado que permite que a floresta seja explorada, sem condená-la à extinção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando

a criação do Segundo Grau, na Escola Estadual Monteiro Lobato, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda que se dê ciência ao ilustre Vereador Odair de Vicente, edil da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com a finalidade de dirigir apelo em nome da população do nosso Estado, que depende de decisões deste Excelso Tribunal no que se refere a questões fundiárias, para que os processos advindos destas questões mereçam a prioridade requerida pela situação hoje existente no campo.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta se justifica pela existência de uma parcela considerável da nossa população que vive em situação de expectativa e insegurança motivada pela morosidade processual existente nas questões de litígios fundiários.

Na convicção de que a aprovação do presente requerimento trará a esta parcela da população a certeza de que a classe política não está alheia a tais condições de instabilidade em que se encontram os trabalhadores rurais e suas famílias, como o caso da Ação Demarcatória em que é requerente o Sr. Durvalino Gonçalves de Oliveira, sob Autos n. 270/84 e que aguarda sentença até o presente momento. Sabemos que não foge ao conhecimento do Poder Judiciário de que é no campo que se gera a real e verdadeira produção e é lá que encontramos a riqueza - as terras férteis - este imenso País.

Neste sentido e pelo que foi aqui exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Sobim Castor, solicitando a autorização para criação de curso de 2º Grau no Distrito de Santa Rita D'Oeste, município de Terra Roxa, pelos motivos que passa a re-

lacionar:

1- No Distrito de Santa Rita D'Oeste, já funciona o curso Estadual de 1º grau, tendo a 1ª turma formada em 1979;

2- Devido à distância que é de 30Km da escola do 2º grau mais próxima, e devido principalmente ao baixo poder aquisitivo dos pais destes estudantes, a maioria dos mesmos não têm chance de continuar seus estudos;

3- No Distrito, já existe uma infra-estrutura básica como: Hospitais, Banco, Supermercados, Escritórios, Lojas de Tecidos, Igrejas, Telefone, Clubes, Cooperativa e outras firmas;

4- Considerando que a política acertada do governo seria dar condições cada vez melhores aos habitantes de pequenas cidades para incentivar a permanência dos pequenos produtores em suas terras;

5- O Distrito de Santa Rita D'Oeste, está estrategicamente localizado no meio de localidades vizinhas que são: vila Planalto a 6 Km. Alto Santa Fé a 7Km., Alto Alegre a 10Km. e que já tem cursos de 1º grau completo, também não possuindo 2º grau;

6- Considerando a necessidade urgente de Santa Rita D'Oeste ter o seu curso de 2º Grau implantado pelo Estado, curso este que também beneficiará as localidades vizinhas acima mencionadas;

7- Está sendo implantado a FUNDEC neste Distrito, que provocará aumento de empregos; comprovando com isto que estamos em pleno progresso, sendo esta mais uma das justificativas para implantação do 2º grau.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Antônio Lopes de Noronha, solicitando a designação de funcionários para a seção do Instituto de Criminalística em Maringá, a fim de suprir as deficiências encontradas naquele órgão.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura, Renê Doti, solicitando patrocínio para o para-

naense Osmar Rubens Camargo, que representará a América Latina no Concurso Mundial de Oratória em Amsterdam, Holanda, no período de 14 a 21 de novembro próximo.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

Osmar Rubens Camargo é natural de São José dos Pinhais, e reside no município de Pato Branco.

Desde os primeiros anos, manifestou verdadeiro gosto e talento pela oratória. Na busca do seu aperfeiçoamento, enfrentou as mais diversas provas, e aos poucos, foi colhendo os frutos do seu esforço, conquistando títulos nas mais diversas categorias.

Tendo sagrado-se campeão patobranquense, disputou o título de campeão paranaense; venceu, e viu-se na disputa pelo título de campeão brasileiro; mais uma vez, saiu-se campeão; na condição de campeão brasileiro, enfrentou o cotejo a nível de campeonato latino americano. Acostumado a vencer, com o título de campeão latino americano de oratória, concorrerá ao título de campeão mundial.

Com o patrocínio do Governo do Estado e Secretaria de Estado da Cultura, temos a certeza de que, dentro em breve, veremos brilhar entre as estrelas maiores da maior constelação de estrelas, mais um "BICHO DO PARANÁ".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando medidas que visem a liberação de recursos para a ampliação da "Escola Estadual Castro Alves", no município de Ortigueira, a qual, em vista da grande demanda de alunos a cada exercício, está a requerer a construção de mais duas salas de aula e outras melhorias para o bom desempenho de suas atividades junto à coletividade local, na conformidade com o Programa de Ação Comunitária levada a efeito pela FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação de uma Vara Especializada em Acidentes de Trânsito

no município de Maringá.

1 - Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias.

2 - Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes dos Santos.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da segunda pista da rodovia para Campo Mourão, entre o trevo rodoviário Campo Mourão-Cianorte até Floresta.

Sala das Sessões, em 10.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de formular gestões visando a liberação de recursos para a construção de seis salas de aula no "Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Tôrres - Ensino de 1º e 2º Grau", de Ponta Grossa.

O referido estabelecimento conta hoje com 1.342 alunos, distribuídos desde o Pré-Escolar até a 3ª série do 2º Grau, sendo que foi implantado o curso de 1º grau - 5ª à 8ª séries, de modo gradativo, com previsão para conclusão da 8ª série para o próximo ano e a tendência é aumentar o número de alunos e o espaço físico de que dispõe não comportará essa grande demanda.

Por outro lado, o Colégio possui uma área total de terreno de 4.356 m², havendo, portanto, espaço para sua ampliação, o que viria, seguramente, atender aos constantes reclames da população estudantil.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Djalma de Almeida César.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, ensejando a manutenção dos seguintes artigos à Constituição Federal:

"Art. 225, inciso IX: destaca que a Ordem

Econômica deve ter como um de seus princípios o "tratamento favorecido para as empresas nacionais de pequeno porte".

"Art. 244: "as micro e pequenas empresas, assim definidas em lei, receberão da União, dos Estados e Municípios, tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, nos termos da lei complementar".

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Lindolfo Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Iris Rezen de Machado, Digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que seja instalado um Escritório Regional da SUNAB em Londrina.

O pedido em apreço fundamenta-se no fato de que a cidade de Londrina polariza uma região de densidade demográfica expressiva e de comércio bastante intenso, o que exige uma fiscalização mais efetiva por parte da SUNAB.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Homero Oguido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Mesa da Assembléia, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Estado da Educação do seguinte:

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- 1 - Qual o objetivo do Projeto denominado P.I.C.?
- 2 - Quando foi o mesmo Projeto implantado?
- 3 - Qual a estrutura organizacional do Projeto?
- 4 - O P.I.C. funciona em próprio do Estado? Onde?
- 5 - Se não funciona em prédio próprio:
  - a) Quem é o proprietário do imóvel ocupado pelo P.I.C.?
  - b) Quanto paga o Estado, mensalmente, a título de aluguel, pelo imóvel? (atualmente).
  - c) Qual a duração do contrato de locação?
  - d) Em caso de rescisão do contrato, está prevista multa para a parte rescisora? Para ambas as partes? Em que termos?
  - e) Quais os termos da cláusula de reajuste do aluguel?
- 6 - De acordo com o projeto original,

quantas crianças deveriam ser atendidas pelo P.I.C.?

7 - Quantas crianças são hoje atendidas e qual a faixa etária das mesmas?

8 - Qual o atendimento "não formal" das crianças?

9 - Qual a participação do Governo no Projeto? E das indústrias ou outros setores da área privada?

10 - Qual o custo de cada criança dentro do Projeto?

11 - Quais os resultados já obtidos pelo P.I.C.?

12 - Qual a diferença de custo de: aluno - escola regular e assistido do P.I.C., para o Estado?

13 - Quais os projetos futuros para o P.I.C.?

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Algaci Túlio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja procedida à inserção nos Anais desta Casa de Nota Oficial expedida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Pedro Tonelli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis o artigo publicado na página dos Editoriais do Jornal "Gazeta do Povo", desta Capital, edição de 21 próximo passado, intitulado "Estrada do Colono e Ecologia", de autoria do Dr. Octacílio Ribeiro da Silva.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Gernote Kirinus.

#### JUSTIFICATIVA:

Este é um assunto atualmente amplamente debatido de grande importância para o Estado do Paraná, visto as controvérsias existentes quanto ao asfaltamento da Estrada do Colono. Solicitamos a transcrição deste artigo, pela clareza com que o Dr. Octacílio Ribeiro da Silva defende a reabertura desta Estrada, pelo seu raciocínio lógico e direto, próprio de alguém que muito a utilizou e sabe da importância dela para o Oeste e Sudoeste paranaense.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 220/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a venda de be-

bidas alcoólicas nas laterais das rodovias que cortam o território do Estado do Paraná, num raio de 300 (trezentos) metros.

Art. 2º - Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, cabendo à Secretaria de Estado da Saúde a fiscalização e execução da Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) José Felinto.

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o Código Nacional de Trânsito, no seu Artigo 89, inciso III, diz: "É proibido a todo condutor de veículos dirigir em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza".

A taxa de dosagem alcoólica tolerada pela legislação brasileira é de 0,80 g/l, com este índice o motorista tem retardamento das reações complexas; diminuição de adaptação do olho às diferenças de intensidade luminosa; o indivíduo está contente consigo mesmo, satisfeito, sua vigilância não está em ação e o risco de acidente mortal é multiplicado por quatro.

Segundo estatísticas, só no ano de 1984, em Curitiba ocorreram trezentos e oitenta e cinco acidentes em que os motoristas apresentaram um índice de dosagem alcoólica de 0,7 a 5,0 g/l.

Somente na rodovias estaduais no ano de 1986, ocorreram trinta e nove acidentes com motoristas embriagados, envolvendo mais de cinquenta vítimas fatais e, de janeiro a julho deste ano, já ocorreram trinta e cinco acidentes com motoristas que também estavam embriagados.

Existem leis que proíbem os motoristas de ingerirem bebidas alcoólicas, mas é necessário também dificultar o acesso à bebida quando estão trafegando pelas rodovias, proibindo a venda nas faixas laterais das pistas.

#### PROJETO DE LEI Nº 221/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Honório Serpa, com o território desmembrado do Município de Mangueirinha, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa no rio Chopim na foz do rio Gigante, sobe por este até sua cabeceira, donde segue em sentido norte pelo divisor até alcançar a cabeceira do lageado Grande, daí desce este até a sua foz no rio Covô, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre as fazendas Machado e Campo Redondo, até o Rio Marrecas, subindo este até a foz do lageado do Cedro, pelo qual

sobe até sua cabeceira donde em linha reta alcança a cabeceira dos Ferreiras, daí desce este até o Rio Chopim e deste até a foz do rio Gigante, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Lauro Lobo Alcântara.

#### JUSTIFICATIVA:

Este Projeto de Lei é a concretização das aspirações de um povo que há muito luta, denodadamente, no sentido da emancipação política do Distrito Administrativo de Honório Serpa.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividades daquela comunidade, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito Administrativo de Honório Serpa serão potencializados com a criação do novo Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e de caminhar de acordo com os interesses do Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei que, temos certeza, merecerá aprovação desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 222/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICIENTE DA RAÇA NEGRA - APRONEGRO", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Anibal Khury.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Beneficiente da Raça Negra - APRONEGRO, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital.

Destina-se, entre outras atividades, a eliminar o racismo na sociedade, ao reconhecimento e valorização da cultura negra, ao estímulo do aperfeiçoamento cultural dos negros através de meios de educação em todos os graus e especialidades.

Os ex-escravos e os homens livres de cor foram relegados à margem inferior da sociedade pela falta de preparo para o papel de trabalhadores livres e ao limitado volume de habitantes sociais adquiridos

durante a escravidão, acrescentando-se a exclusão das oportunidades sociais e econômicas de uma sociedade originariamente competitiva.

Com a promulgação da Lei Áurea, o negro deixou da condição de escravo, ficando livre - para morrer de fome. Pois viveu trezentos e trinta e oito anos sob a escravatura e de repente se viu sem casa, sem terra, sem assistência social e sem qualquer recurso financeiro. Era, enfim, um homem livre, mas miserável. A desejada e aclamada liberdade, agora de nada lhe valia. A ele não coube outra alternativa do que a de continuar trabalhando nas fazendas ou migrar para as cidades, onde fatalmente era marginalizado. Sem defesa, só tinha à sua frente o destino irremediável de ficar à margem, porque não era chamado para ocupar nenhum lugar na nova conjuntura econômica.

Embora tenham-se passado tantos séculos da Abolição da Escravatura, se pode afirmar sem medo de arguição contrária, que a situação pouco ou nada mudou. Os negros componentes da sociedade atual, principalmente a brasileira, são os mais pobres e oprimidos, porque a cor os denuncia mais que a herança opressiva da exploração econômica que sofreram durante os anos de senzala.

Se torna mister que já próximos do ano 2000, esta situação mude, não sendo mais cabível que haja racismo entre os homens. Pois, agora mais do que nunca, se valoriza a condição de Ser Humano e os direitos que dela nascem.

O racismo fere o basilar princípio da isonomia, ou seja, de que todos são iguais perante a Lei, tão nobremente defendido pelo legislador na Magna Carta de 1967 (artigo 153, §1º) onde, ainda, se afirma que será punido pela lei o preceito de raça.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e legalmente embasada pela Constituição Federal que assegura a liberdade de associação para fins lícitos - art. 153, § 28.

Nestas condições, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº223/87.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná a Flávio de Castro Martinez.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Flávio de Castro Martinez nasceu aos 3 dias do mês de agosto de 1951, na capital de São Paulo. É filho de Joanice de Castro Martinez e Oscar Martinez. Casado com dona Beatriz Carolina de Magalhães Martinez. É pai de dois filhos, Sandra Martinez, nascida aos seis dias do mês de julho de 1979, em Londrina; e Flávio de Castro Martinez Filho, nascido em 27 de outubro de 1976, igualmente em Londrina. Mora no Paraná há quatorze anos, exercendo as funções de Superintendente da Rede OM de Comunicações no Paraná, integrada pelas estações de tevê Tropical, Paraná e Carimã.

Através dos veículos de comunicação que comanda já desenvolveu inúmeras campanhas em favor dos desabrigados nas enchentes em várias regiões do Paraná. Tradicionalmente encampa campanha para recolher agasalhos aos carentes. Todos os grandes movimentos paranistas têm encontrado amplo e total apoio na Rede OM.

Dotado de extraordinária visão empresarial, trata-se de um homem de impressionante simplicidade, dotado de um coração muito humano.

O Paraná deve orgulhar-se de contar em seu meio com um empresário da expressão e envergadura moral de Flávio de Castro Martinez.

PROJETO DE LEI Nº 224/87.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado de Egídio Assmann, o complexo do CEASA, no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Egídio Assmann foi empresário por muitos anos na cidade de Maringá, ex-Vereador e Presidente do Diretório Municipal do PTB, tornando-se incansável trabalhador pelas coisas públicas, tendo mantido os primeiros contatos para a implantação do CEASA, quando dirigiu o órgão.

Pelo seu trabalho como empresário, político e homem público, merece esta homenagem do nobre edil Antenor Sanches, com o qual comungamos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Dentro do Horário das Lideranças consulto a Liderança do PT. Se fará uso do seu tempo.

Com a palavra do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. A nossa satisfação por esta vez única, nesta se-

mana, em que estamos oficialmente nesta Casa de Leis. A nós certamente não poderia passar despercebida esta data importante, que se comemora no dia de hoje, "Dia da Imprensa", motivo pelo qual gostaria que fosse transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa o manifesto publicado pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná, expressando a sua avaliação, a sua compreensão da importância dessa data e também da luta da categoria dos jornalistas no contexto da imprensa em geral. Na parte final do manifesto resumem claramente a postura que deve ser denunciada, é lógico não só pelos jornalistas, mas por todos nós que somos seus representantes aqui nesta Casa de Leis. (Lê):

"Diante dessas ponderações, anteriormente mencionadas, os jornalistas paranaenses unidos em torno da sua entidade, rejeitam a proposta de desregulamentação hoje garantida constitucionalmente e a abolição da exigência do diploma de nível superior específico e fazem apelo para que a sociedade cerre fileiras em defesa desses mesmos princípios, de vez que será ela a principal prejudicada com a inevitável queda de qualidade da informação de massa.

A atividade econômica da área não é muito diferente da natureza das outras atividades econômicas, infelizmente. Ao ensejo do "Dia da Imprensa", os jornalistas igualmente denunciam publicamente a equivocada campanha que algumas empresas da chamada "grande imprensa" vem desenvolvendo há tempos no sentido de abolir a exigência do curso superior para o exercício do jornalismo - quer impresso, quer eletrônico. É nosso dever, como profissionais de informação de massa, como trabalhadores e como cidadãos, lutarmos pela melhoria do ensino brasileiro de forma geral e denunciarmos a tese do esmorecimento, advogada por motivos de ordem econômica".

Estas são algumas considerações manifestadas pelo Sindicato dos Jornalistas, das quais queremos fazer uso, colocando-as de público nesta Casa.

Nesta data também temos, no Paraná, o dia de greve dos funcionários do Banco do Brasil. Funcionários estes que há dias passados, através de suas organizações, do seu Sindicato, negociaram, sendo-lhes oferecido, na última greve, 45% de reajuste salarial pela classe patronal. Hoje, quando chega a hora de colocar os "pingos nos is" os patrões e o Governo, é lógico oferecem 20% de reajuste, metade agora, metade em março de 1988. Este é o motivo principal da deflagração da greve dos funcionários do Banco do Brasil. Se não houver progresso nas negociações de hoje, certamente esta greve continuará, com justiça.

O que eles pedem?

Estão pedindo 85% de reajuste no salário e 15% de produtividade.

É bom lembrar também que os trabalhadores do Banestado têm assembleia hoje à noite e possivelmente entrarão em greve. A decisão que acontecerá na Praça Osvaldo Cruz possibilitará uma tomada de posição que pode ser uma greve, porque eles não receberam nenhum reajuste, nenhuma correção salarial, desde a decretação do Plano Cruzado. E segundo o DIEESE, desde julho de 1986 até agosto de 1987, o custo de vida aumentou 262% ao passo que o salário aumentou apenas 148% neste mesmo período.

É preciso um aumento de 102% para compensar as perdas no poder aquisitivo de julho do ano passado até agosto deste ano.

Aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de se perguntar: onde foram parar os mais de 40% de lucro do Banestado, do Banco do Brasil? Onde foram parar, já que os trabalhadores não conseguiram reposição salarial e terão que fazer greve, terão que paralisar suas atividades, para negociar um aumento com uma correção de seus salários? Esta é uma pergunta que todos nós teremos que responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

No mundo civilizado comemora-se hoje uma data das mais importantes: "O Dia da Imprensa".

Um longo e nada fácil caminho foi percorrido pelo homem até que a Imprensa se tornasse o que é hoje: um grande poder, ou o 4º poder. Porque realmente não há como se ignorar e desconhecer que a imprensa é um verdadeiro 4º poder. Tão forte quanto um Poder Legislativo, um Poder Judiciário ou um Poder Executivo, porque capaz de influenciar na evolução de um povo, a ponto de sua cultura poder ser medida pelo grau e pelo uso da imprensa.

O poder da imprensa é terrivelmente forte. Os seus recursos são imensos. São sofisticados mesmo. O Brasil, inclusive, é um dos países que mais tem avançado na tecnologia da comunicação.

Mas, apesar de tudo isto, os profissionais da comunicação social ainda continuam sendo sacrificados no exercício de sua profissão. E sacrificados de diversas formas.

Na semana que passou os jornais deram destaque, dentro do noticiário internacio-

nal, à morte de um jornalista, vítima das lutas sangrentas das Filipinas, enquanto executava o seu dever de bem informar. E de informar a verdade dos fatos.

Essa morte, como muitas outras em condições semelhantes, espelham muito bem o custo, sacrificado e elevado, da conquista da liberdade de imprensa.

Liberdade que tem sido arduamente conquistada, mas que ainda não ocupa o espaço que merece e precisa para cumprir o seu verdadeiro papel, que é de informar a verdade dos fatos.

Nossa condição de profissional da comunicação, nos deixa muito à vontade tanto para avaliarmos a importância do papel da imprensa, quanto para testemunharmos sobre a luta pela liberdade de imprensa.

Isso porque iniciamos a nossa vida profissional, dentro da área da comunicação, como repórter de rádio, passando também pela redação de quase todos os jornais de Curitiba, dentro da área da comunicação, exatamente no período em que no Brasil a censura à imprensa era uma realidade palpável, fria e dura. Período por todos conhecido, quando os órgãos do Governo censuravam os meios de comunicação de um modo geral, período em que a sobrevivência do órgão dependia de forma direta do Estado.

Graças a Deus, de um certo modo, as coisas mudaram para melhor. A censura à imprensa ainda existe, porém, numa escala infinitamente menor. Porque na verdade, Senhores Deputados, o ideal da imprensa é atuar livremente, isenta de quaisquer paixões, sem vínculo econômico ou ideológico, porque se assim não for, a imprensa passará a ser uma imprensa tendenciosa ou facciosa, atendendo a interesses de grupos ou facções.

Nos anos da Revolução, pudemos sentir bem, muito bem, inclusive, a luta por uma imprensa livre. A imprensa policial da qual participávamos então, e continuamos participando, muito colaborou para abertura em todos os campos da comunicação, isto porque a imprensa que se ergueu, enfrentando e driblando a censura e a repressão para buscar nas origens o fato, a verdade do fato para ser levado até a opinião pública.

A imprensa policial foi naquele período de autoritarismo a primeira a enjeitar a notícia moldada e camuflada que saía dos gabinetes oficiais.

Neste ponto a mentalidade mudou mas o poder econômico continuou falando alto e assim é que o profissional da comunicação continua sendo reprimido e às vezes até sufocado. Continua tendo que sujeitar-se à vontade do patrão, continua tendo que sujeitar-se à vontade daqueles que evidentemente manobram a situação, porque, via de

regra, sujeita-se ao interesse ou do próprio Governo ou de grupos interessados, porque sem dúvida nenhuma, a disputa do poder é um grande fator para que os meios de comunicação não sejam bem utilizados para que não cumpram as reais finalidades, afinal, no mundo de hoje nós podemos dizer que existem apenas duas formas de ser poderoso: uma é de ter dinheiro e a outra é de ter a informação. E a imprensa detém o monopólio das informações em todos os níveis.

Mas, em que pese tudo isto Srs. Deputados, solidário aos grandes profissionais da imprensa, solidário aos meus companheiros da reportagem policial, que no dia-a-dia trazem a notícia para o rádio, para a televisão e para o jornal que no dia-a-dia enfrentam a marginalidade, a insegurança, até com risco de vida, nós estamos aqui para homenagear todos os profissionais da imprensa. Aos companheiros que nesta Casa dão cobertura aos trabalhos legislativos, a todos os Deputados independentemente de cores partidárias, a todos o nosso respeito, respeito da bancada do PDT nesta Casa, aos companheiros da imprensa no dia da Imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a liderança do PL.

Com a palavra Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

O PL está se estruturando de maneira formidável em toda a Nação brasileira. No último dia 8, em Programa Nacional, foi possível se fazer uma rápida avaliação desta realidade. Novos valores agregados a esta estrutura que está contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da democracia, tais como o Deputado Estadual mais votado do Estado do Amazonas, Deputado Nonato de Oliveira, eleito pelo PMDB com uma votação que realmente surpreendeu a todos os amazonenses.

Também contamos com a presença de mais um Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, que também teve a oportunidade de defender as teses liberais no decorrer do programa levado ao ar na última terça-feira.

Muitos vereadores, muitos prefeitos estão procurando o PL para o desenvolvimento de uma nova fase de suas vidas políticas. Na Câmara Municipal de Arapongas são sete os Vereadores que compõe a bancada do Partido Liberal, juntamente com a expressiva força representada pela família Grassan.

Temos a ressaltar também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a presença dinâmica dos jovens em elevadíssimo número, ocu-

pando espaço na sociedade paranaense, brasileira defendendo as idéias do PL. A classe empresarial por sua vez, muito bem liderada pelo Deputado Federal Afif Domingos, está tomando decisões de suma importância a partir de reuniões que são realizadas nos diretórios municipais, regionais e também no diretório nacional do partido.

No último dia 31 de agosto foram realizadas convenções em dezenas de municípios e no próximo dia 20 do corrente mês serão realizadas convenções em outros municípios ultrapassando a cota mínima de 20% exigidos pela legislação eleitoral para a realização da Convenção Regional em termos definitivos.

Podemos hoje dizer com muita satisfação que o Partido Liberal é o Partido que mais cresce no País, mercê da dedicação de seus integrantes e da sua linha programática, realmente atual, voltada para o social também, deixando de lado o aspecto conservador, mas, buscando através de idéias muito bem alinhadas, alcançar novas conquistas em benefício do povo brasileiro e do povo paranaense!

Todas as categorias profissionais, sociais e culturais estão hoje representadas no PL, e as portas, evidentemente, se encontram abertas, para todos aqueles que desejam desenvolver uma política séria, pois o próprio lema do Partido Liberal é o Brasil levado a sério e por extensão o Paraná levado a sério, o Município levado a sério!

Conversava, ainda há pouco, com o nobre Deputado Lindolfo Júnior a respeito da situação dos Partidos, e dizia-nos ele da sua tese da possibilidade da fusão de Partidos que lutam por mesmos ideais. Evidentemente, todas as idéias que visam o fortalecimento dos Partidos são interessantes, são oportunas, mas, devo dizer, devo esclarecer a este douto Plenário que efetivamente o Partido Liberal seguirá a sua trajetória de forma independente, de forma autônoma. As idéias concernentes à fusão poderão ser discutidas. Evidentemente a classe política deverá sempre buscar soluções através de discussões, mas quero dizer que não há ambiente, no Partido Liberal, para uma eventual fusão. Esta constatação eu pude ter ainda na semana passada, quando em contato com os próceres nacionais do Partido, que estão realmente empolgados com o desenvolvimento do mesmo, dentro desta nova linha de ação, que tem caracterizado os Partidos Liberais modernos europeus e também em alguns países do Novo Mundo.

Quero deixar, ao finalizar estas minhas palavras, a minha expressão de satisfação pelos resultados já colhidos, na certeza de que, brevemente, teremos um Partido Liberal ainda mais pujante com a

adesão de tantas pessoas que já têm manifestado interesse pela sigla.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PFL se fará uso de seu Horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na saudação que fez o Deputado Algaci Túlio à imprensa brasileira e particularmente do Paraná e que fez em nome de todas as Bancadas desta Casa, se eu tivesse que acrescentar alguma coisa, eu diria: "- O que seria do Poder Legislativo reunido nas suas quatro paredes, se não fosse a imprensa para difundir, informar a consciência paranaense? Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, eu estive durante a Semana da Pátria em visita a alguns municípios do Norte do Estado onde tenho uma representação e em outros, em que tenho ligações políticas, embora não tendo maior representação.

Mas na região, particularmente do Oeste, na região cafeeira de Altônia, São Jorge do Patrocínio, Iporã, Pérola, pude presenciar que talvez a maior colheita de café do Estado do Paraná naquela região haverá de dar no ano que vem, nos próximos dois anos, influenciando não só na economia de agora, como também gerando alguns problemas de natureza social, porque em função dos preços baixos verificados no Brasil, particularmente de três anos para cá, na produção cafeeira, impedindo que os cafeicultores preparassem as suas terras, adubando-as e preparando-as para a produção maior como ocorreu agora este ano, naquela região, seguramente por dois anos não se vai produzir café.

Quero crer que a Secretaria da Agricultura e o Governo do Estado estejam preocupados com este problema que está aí e é presente. E eu quero, nesta oportunidade, já que está aqui presente o Senhor Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Aparecido Faleiros de Souza, fazer um apelo ao ilustre Deputado Nestor Baptista, líder do governo nesta Casa, para que ele interceda em favor daquele município, reiterando pedidos feitos por este Deputado e do ilustre Deputado que tem, já nas duas últimas eleições votação sobejamente diferenciado dos menos votados, que é o Deputado Ezequias Losso, no sentido de que o Governo do Estado faça com aquele município também um convênio, assine com o Senhor Prefeito um convênio do PRAM, porque o programa do PRAM é um plano que objetiva assinatura de convênio com todos os

municípios do Estado até cinquenta mil habitantes.

Não há porque não assinar este convênio com São Jorge do Patrocínio apenas porque o seu prefeito não pertence ao PMDB. Município essencialmente cafeeiro, cefeicultor, com uma produção agora enorme, com problemas daí advindos e bem próximos, não há porque o Senhor Governador do Estado então não assinar o convênio do PRAM e nós reiteramos aqui o apelo ao ilustre líder do Governo do Estado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Por cinco minutos ocupará a tribuna o Deputado Nereu Carlos Massignan. O restante do tempo será ocupado pelo Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Amanhã é o dia 11 de setembro. Poderia ser uma sexta-feira a mais no calendário do mês que tem a virtude de abrir caminho à primavera. Mas não o é. Na América Latina tem uma significação especial.

Há 14 anos, no dia 11 de setembro de 1973, o povo chileno foi barrado no seu caminho democrático de libertação nacional e social, por um golpe militar que dura até os dias de hoje.

Nós, brasileiros, não podemos negar que conhecemos no passado situação igual a esta. Vivemos em nossa própria pele a experiência que, senão idêntica, foi semelhante. Não foi sem razão, portanto, que Tancredo Neves, quando eleito Presidente da República, tenha citado um país latino-americano onde almejava também o retorno à democracia em toda a América Latina.

Não esqueçamos tampouco que durante uma década, de 1964 a 1973, o Chile foi, para os lutadores sociais brasileiros e latino-americanos a pátria de liberdade. Milhares de perseguidos políticos do Brasil encontraram guarida no Chile, como o atual Vice-Governador de São Paulo Almino Afonso, o economista José Serra, o educador Paulo Freire, o compositor Geraldo Vandré e tantos outros como têm afirmado

aqueles que desenvolvem no Brasil a solidariedade com o povo chileno. "Não se trata de pagar uma dívida, mas de desenvolver o apoio e solidariedade que um povo em liberdade é capaz de oferecer ao outro".

Amanhã, dia 11 de setembro, na Boca Maldita, em Curitiba, estará o Comitê "Chile Luta" do Paraná solicitando ao povo paranaense e suas entidades organizadas o envio ao Ministro do Interior do Chile de apelo em favor da vigência de Direitos Políticos, da liberdade de expressão de pensamento, pela imediata e plena liberdade de Clodomiro Almeyda - ex-Chanceler do governo Allende e atual Presidente da "Izquierda Unida"; Julieta Campusano, ex-Senadora do Partido Comunista; Mireya Balta, ex-Parlamentar; dos Jornalistas Juan Pablo Cardenas, da revista "Análisis", Felipe Pozo e Gilberto Palacio do Jornal "Fortín Mapocho" e demais presos políticos chilenos. Nós, parlamentares paranaenses, não poderíamos deixar de saudar a iniciativa e convocar nosso povo para prestigiar o evento.

No Chile não há respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais do homem. A tortura, a perseguição e os assassinatos políticos como ocorreram nos casos dos professores degolados, dos estudantes queimados e do assassinato do jornalista José Carrasco Tapia da Revista Análisis, é uma constante e, entretanto, o Brasil que na ONU, com o advento da nova república, começou a condenar o Chile pelas violações dos direitos humanos, no ano passado não o fez, não podemos condicionar nossos votos em favor da liberdade por um punhado de dólares a mais em nossa balança comercial, mais ainda quando a mercadoria é armamento. O Brasil tem que ser coerente na superação do passado e do presente do arbítrio da América Latina e, no mês de dezembro deste ano, quando na ONU venham novamente a ser apreciados os casos de desrespeito aos direitos humanos na América Latina, condenemos o atual governo chileno pela prática reiterada.

As forças populares, sindicais e políticas se articulam no Chile atualmente, das mais variadas formas, para alcançarem o fim do regime militar de Pinochet. Importante passo foi a criação, em fins de junho, do bloco da Izquierda unida, formada pelos Partidos Socialistas, Esquerda Cristã, Partido Comunista, Partido Radical, Movimento de Esquerda Revolucionária - MIR, M.A.P.U. e Partido Socialista Histórico. Pretendem para o Chile uma democracia avançada através de um Governo democrático e popular, sem exclusões. O Regime Militar, da mesma forma que as forças alienígenas norte americanas, tenta evitar que as forças populares ganhem a legalidade, as praças e as ruas em liber-

dade.

Nestes dias que seguem, no Chile realizam-se protestos contra o regime militar. As forças sindicais e políticas marcaram para o dia 07 de outubro próximo a realização de uma greve geral nacional pelo retorno à democracia. Pois, como previra o Presidente Socialista Salvador Allende, assassinado em 11 de setembro em seu posto de defesa da Presidência da República, em sua última mensagem, o povo ganharia um dia novamente as ruas.

Foram suas últimas palavras:

"Dirijo-me àqueles que serão perseguidos para lhes dizer que não vou renunciar. Pagarei com minha vida a lealdade ao povo. Estarei sempre junto de vocês. Tenho fé na Pátria e no seu destino.

Outros homens superarão este momento, e muito mais cedo do que se pensa se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor. Viva o povo. Viva os trabalhadores. Estas são as minhas últimas palavras. Tenho certeza que meu sacrifício não será em vão". - Salvador Allende - Presidente do Chile - manhã de 11 de setembro de 1973.

Viva a liberdade!

Viva o povo Chileno!

(Conclui a leitura).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicialmente, incumbido pela Liderança do Governo e do meu Partido, queremos também nos somar às palavras de outras Lideranças que aqui já se pronunciaram, homenageando os profissionais ligados à Imprensa, no dia em que se comemora o Dia Nacional da Imprensa.

E por falar em Imprensa, a Imprensa tem destacado na última semana, com bastante ênfase, a polêmica questão ecológica da Estrada do Colono e do Parque Nacional do Iguaçu. Exatamente hoje em que se comemora o Dia da Imprensa, nós também comemoramos, aliás não comemoramos, lamentamos que 10 de setembro faz exatamente um ano em que a Estrada do Colono foi fechada na altura do Parque Nacional do Iguaçu.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa tem se reunido várias vezes, durante os meses que passaram, e tem ouvido inúmeros depoimentos de autoridades, de lideranças, de Deputados, sobre a polêmica da Estrada do Colono e do Parque Nacional do Iguaçu.

Destes depoimentos queremos destacar apenas duas contradições profundas que marcam o fechamento daquele trecho rodo-

viário. Primeiro, que era uma estrada que já existia muito antes da criação do Parque Nacional do Iguaçu; segundo, que órgãos governamentais do Governo Federal reconheciam a estrada, tanto é que o DNER, o próprio DER, concedeu passagem de transporte coletivo a linhas de ônibus naquela estrada.

De repente, comemora-se o fechamento da estrada, os ecologistas comemoram o fechamento da estrada. Haverão de comemorar daqui a alguns dias, em 1994, a construção da usina hidrelétrica Capanema, que haverá de inundar três mil e setecentos hectares do parque. No entanto, 17 Kms de estrada, que ligam o Sul ao Norte do País, muito mais importante do que a Ferrovia Norte/Sul, está interditado e hoje faz um ano. Nós queremos lamentar esta lamentável decisão da justiça e mais uma vez convocar a imprensa, os Senhores Deputados, os ecologistas, para que não polemizemos, mas encontremos uma solução, porque o Plano de Manejo do Parque foi feito e realizado apenas em 1981, e é interessante observar que, na contradição desse Plano de Manejo do Parque, reservou-se exatamente onde está o Hotel das Cataratas do Iguaçu, alugado pelo Governo, pelo IBDF, à Varig a um preço irrisório, onde está a Estrada Parque que liga as Cataratas, foi reservado como a área atingida e a Estrada do Colono, como área de atividade de Polícia Florestal e que não atinge a Estrada do Colono, não atinge o setor mais importante do Parque, que é a parte vedada e lacrada para sobrevivência e reprodução dos animais.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, concluindo, nós queremos neste dia em que comemoramos com júbilo o Dia da Imprensa, queremos também com tristeza lamentar o fechamento da Estrada do Colono que hoje completa um ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores deputados que deverão integrar a CPI do Banco do Estado do Paraná e do Banco Del Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor

Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Da Proposição n. 59/87, Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e outros, dando nova redação ao Parágrafo Único do artigo 104, da Constituição Estadual. (Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição sejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 252/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 138/86), objetivando alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe que os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo da merenda escolar, sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 57/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.,

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 169/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Aristides de Athayde Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 52/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Ouro Verde do Oeste, visando sua elevação à categoria de Município. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 84/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Operária Palmense, com sede e foro na cidade de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 60 de 03.06.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 84/87

##### P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, a declaração de utilidade pública da Sociedade Beneficente Operária Palmense, do Município de Palmas, neste Estado.

De acordo com a Lei n. 6.994, de 10.01.78, reguladora da matéria em pauta, o Projeto atende aos requisitos nela exigidos, inexistindo, conseqüentemente, óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Por essa razão, o parecer é favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 92/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Uraíense, com sede e foro no Município de Uraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 62 de 8.06.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 92/87

##### P A R E C E R:

Autor: Deputado Nelson Vasconcellos

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Uraíense, com sede e foro no Município de Uraí.

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Uraíense, com sede e foro no Município de Uraí.

Analisando-se a matéria, através de sua justificativa e documentação verificamos que a referida entidade, encontra-se em concordância com os ditames da Lei n. 6.994 de 10.01.78, que estabelece as normas para Declaração de Utilidade Pública, no seu artigo 1º itens I a IV.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, não encontra impedimento legal à tramitação do mesmo, nesta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 93/87, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Professora DIVA VIDAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no. DA. 62 de 08.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 93/87

P A R E C E R:

Autor: Deputado Basílio Zanusso.

Súmula: Concede Título de Cidadã Benemérito do Estado à Professora Diva Vidal.

Esta Plano de Lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice, que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 99/87, de autoria dos Deputados HERMAS BRANDÃO e JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que denomina

a PR-431, compreendida entre Ribeirão Claro e Cambará, de Rodovia "Benedito Moreira". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 65 de 11.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 99/87

P A R E C E R:

Autores: Deputados Hermas Brandão e José Afonso Júnior

Súmula: Denomina a PR-431, no trecho compreendido entre Ribeirão Claro e Cambará, de "Rodovia Benedito Moreira".

A justificativa demonstra ser o homenagem digno do reconhecimento da Comunidade a que ele tanto serviu, sendo que sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado que dele tanto recebeu.

Preenche o processo os requisitos legais e regimentais, estando desta forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais condições somos de opinião favorável à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 100/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA e Outros, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º e altera a redação do artigo 2º da Lei n. 6994, de 10.01.78. (Dispõe sobre as normas de Declaração de Utilidade Pública). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 65 de 11.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 100/87

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Arruda e outros, objetiva alterar aspectos da lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece normas para declaração de Utilidade Pública.

O Projeto acrescenta dois parágrafos ao artigo 1º da referida Lei e altera o seu artigo 2º, conforme veremos a seguir:

O § 1º, aditado, estabelece, em alguns casos especiais, a redução do prazo fixado pelo item I, do artigo 1º, da Lei n. 6994, de um ano de existência legal, para seis meses; para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

O § 2º é complemento do § 1º, pois refere-se ao relatório de atividades que, segundo a Lei, deverá explicitar as ativi-

dades desenvolvidas pela entidade, no ano, subsequente a sua fundação. Este parágrafo fixa nos seis primeiros meses contados da data do registro da sua personalidade jurídica.

As modificações propostas para o art. 2º, são meramente de caráter correccional, não alterando a essência do artigo.

O Projeto nos parece meritório, pois é restrito a certa categoria de entidades, deixando, ainda, a juízo desta Comissão de Constituição e Justiça a deliberação de cada categoria, em particular, que venha a surgir.

Quanto aos aspectos legal e constitucional, não encontramos impedimentos que possam obstar sua normal tramitação. Nestas condições, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando dispensa da votação e discussão da Redação Final para a Proposição n. 59/87. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro da Reforma Agrária, Dr. Marcos Freire. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ministro da Reforma Agrária e sua comitiva, ocorrido no dia 08 de setembro do corrente ano, no aeroporto de Carajás - PA. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Visconde Charles de Abreu, ocorrido no dia 02 de setembro do corrente ano, no Município de Cândido de Abreu. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Catarina Kurta Myskw, ocorrido no dia 30 de agosto, no Município de Prudentópolis. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento do Sr. Benjamin Antônio Johann, ocorrido no dia 06 de setembro do corrente ano, no Município de Paranavaí. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Ezequias Losso e Antônio Belinati, na qualidade de Líderes do PFL, PL e PDT, constante do expediente, solicitando a volta do horário de 14 horas e 30 minutos, para a realização das sessões nas quintas-feiras, como prevê o texto original do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. - À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento de autoria do Sr. Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 174/87, que altera o artigo 22 da Lei n. 6364, de 29.12.72, permanecendo inalterados os seus parágrafos. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 172/87, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Theobaldo Vitório Machado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 219/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 75/87. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Cultura, encarecendo patrocínio para o paranaense Osmar Rubens Camargo, que representará a América Latina no Concurso Mundial de Oratória, que será realizado na Holanda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, viabilizando a instalação de um Escritório Regional da SUNAB, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Classe dos Médicos Veterinários, pela passagem do "Dia do Médico Veterinário". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Classe dos Jornalistas, pela passagem do "Dia do Jornalista". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Classe dos Administradores de Empresas, pelo transcurso do "Dia do Administrador de Empresas". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso do "Dia do Veterinário". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o objetivo do Projeto denominado P.I.C.. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a criação e construção da sede própria de um Escritório Regional do Governo do Estado, no Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de um veículo equipado para combate a incêndio para o Município de Cianorte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social encarecendo a implantação do Projeto Galha Azul, no Município de Uraí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo a implantação do Projeto Galha Azul, no Município de Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a liberação de recursos para a construção de 06 (seis) salas de aula para o "Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres - Ensino de 1º e 2º Graus", do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a liberação de recursos para ampliação da "Escola Estadual Castro Alves", do Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, dos Editoriais publicados no Jornal "Gazeta do Povo", intitulado Estrada do Colombo e Ecologia - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria achase-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor à direção e jornalistas do Jornal "Indústria e Comércio", pelo transcurso do 11º aniversário de circulação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a criação do curso de 2º Grau, no Distrito de Santa Rita D' Oeste, no Município de Terra Roxa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que os processos advindos de questões fundiárias mereçam prioridade requerida pela situação hoje existente no campo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição e posse do Deputado Orlando Pessuti, para o cargo de Presidente da Associação de Veterinários do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, encarecendo a manutenção dos artigos 225 e 244 da Constituição Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional do INPS, encarecendo a criação de uma representação ou agência do INPS, no Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente,

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de telefones comunitários nos Conjuntos Habitacionais Marialva I e II, no Município de Marialva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo recursos financeiros para o Movimento de Libertação de Vidas- MOLIVI, do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, viabilizando a designação de funcionários para a Seção Técnica do Instituto de Criminalística do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a criação do 2º Grau, na Escola Estadual Monteiro Lobato, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a elaboração de uma política florestal que estructure o reflorestamento tanto para fins comerciais quanto para garantir o equilíbrio ambiental. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Médicos Veterinários do Paraná pela passagem do seu dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a inserção nos anais desta Casa, de Nota Oficial expedida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Jornalistas do Paraná pela passagem do "Dia do Jornalista". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, pleiteando a designação de funcionários para o Instituto de Criminalística, do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da segunda pista da rodovia para o Município de Campo Mourão, entre o trevo rodoviário dos Municípios de Campo Mourão- Cianorte, até o Município de Floresta. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, viabilizando a criação de uma Vara Especializada em Acidentes de Trânsito, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Indústria Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., pela passagem do seu 15º aniversário de fundação, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia da Imprensa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando subsídios sobre a criação do SUDS - Sistema Unificado Descentralizado de Saúde e a composição do CES- Conselho Estadual de Saúde, no Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, solicitando a contratação de todos os professores remanescentes do Concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries realizado nos anos de 1985 e 1986, bem como a prorrogação do prazo de vencimento da validade dos referidos concursos até a efetiva contratação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador

do Estado, encarecendo esclarecimentos sobre resultado de sindicância realizada na Fundação Teatro Guaíra, por determinação do Senhor Secretário da Cultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, requer a transcrição nos anais desta Assembléia do editorial publicado no jornal "O Estado do Paraná" intitulado "O Silêncio e a Burrice". Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo recursos ao Movimento de Libertação de Vidas MOLIVI- no Município de Maringá. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para segunda-feira, dia 14, às quinze horas, uma sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Justino Araújo Vilela.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 15, a hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 252/86 e dos Projetos de Lei n°s 55/86, 57/87, 169/87 e do Projeto de Resolução n° 52/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 84/87, 92/87, 93/87, 99/87 e 100/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, EM SESSÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1987.

#### "Estrada do Colono e Ecologia

Octacílio Ribeiro da Silva.

O assunto vem, há algum tempo, povoando as manchetes dos nossos meios de comunicação mais responsáveis, isto porque o senador José Richa, quando no governo do Estado, determinou e chegou mesmo a iniciar o asfaltamento daquela estrada entre a BR-277 e a cidade e município de Capanema, sendo que os trabalhos foram interrompidos na divisa do Parque Nacional do Iguaçu, em atenção a mandado da Justiça Federal.

O projeto visa, originalmente, ligar o Brasil de Norte a Sul, asfaltando trecho

de aproximadamente 60 km entre os municípios de Medianeira e Capanema, localizados às margens direita e esquerda do rio Iguaçu, Oeste paranaense.

Aquela rodovia que existe há mais de 40 anos, e antecede até mesmo a criação do Parque, é macadamizada, e bem conservada pelo DER do Paraná, e se tornou conhecida como a "Estrada do Colono", porque vem dando guarida ao tráfego de colonos migrantes do Sul para o Norte e vice-versa.

Pessoalmente, lembro-me como se fosse hoje, que em 1961, iniciando as atividades profissionais com escritórios de advocacia em Cascavel e Capanema, em sociedade com o amigo e colega, eminente advogado, Dr. José Djalma Ferreira de Mattos, que continua estabelecido em Capanema, por ela já trafegávamos semanalmente, utilizando como meio de transporte, ora jipe, ora ônibus, ora automóvel de aluguel, porém, sem nenhum problema, pois se tratava de uma estrada bem conservada, com um bom serviço de balsa para a travessia do rio que, aliás, ainda lá existe.

Contudo, o asfaltamento da estrada que pode e deve atender melhor a milhões de brasileiros que ali passam, está parada por força de decisão judicial provocada por movimento de alguns ecologistas.

O prosseguimento das obras que visam dar continuidade ao asfaltamento da Estrada do Colono conta, hoje, com a simpatia e o empenho do governador Álvaro Dias, conforme ele deixou bem claro, quando falava, inaugurando obras na cidade de Medianeira, no mesmo dia em que viajara para a Itália, em busca do entendimento acerca da Ferrovia da Produção.

Mas, estando o assunto "sub-judice", a independência dos poderes constituídos do Estado leva o governador Álvaro Dias a colocar-se prudentemente como do seu feitiço pessoal, no aguardo da decisão do Judiciário, que haverá de definir a questão: asfaltar-se-á ou não a Estrada do Colono?

O tema em questão, que tem sido objeto de minhas reflexões e de conversas com lideranças políticas, empresariais e comunitárias do Oeste e Sudoeste do Estado, com referência especial ao meu colega e amigo, Dr. Adolfo Mariano da Costa, ilustre prefeito da cidade de Medianeira, leva facilmente à conclusão da necessidade premente de asfaltar a estrada, cruzando o Parque Nacional do Iguaçu e o próprio Rio Iguaçu, através de ponte.

Sabe-se ressalvado melhor juízo, que o asfaltamento de uma estrada como aquela, que abriga, de há muito, o tráfego intenso de ônibus, caminhões pesados e veículos de pequeno porte, e que antecede até mesmo a criação do parque, não haverá de ferir, em absolutamente nada, os princípios defendidos pelos movimentos ecológicos.

Há exemplos abundantes a justificarem a assertiva, começando pelo Parque Nacional da Argentina, contíguo, que está cruzado de estradas e aeroportos a não prejudicarem a flora e a fauna existentes; das estradas que ligam Curitiba a Paranaguá, cruzando a Serra do Mar que constitui área de preservação; assim também as estradas que ligam São Paulo a Santos, para não referir outras de igual importância, aqui no Brasil.

Se se atravessar o Atlântico, ganhando a Europa, basta lembrar a Alemanha que, mantendo 43% de cobertura verde no seu território, tem no cruzado de estradas por todos os lados; se se for ao Canadá, outro país de imensas e incontestáveis florestas preservadas, lá estão as estradas a cruzarem-nas; se se descer um pouco abaixo, penetrando o território dos Estados Unidos da América, o mesmo poderá ser detectado; inúmeras e imensas áreas de preservação cortadas por grandes rodovias e auto-estradas, tudo isso sem nenhum prejuízo ecológico para as áreas em questão.

Daí a pergunta: por que o asfaltamento da Estrada do Colono, desde que feito com técnicas modernas que respeitem os interesses ecológicos, não poderá acontecer?

Esse desentendimento, ao que parece, brota da radicalização de princípios. A ecologia foi feita para atender também ao homem - o rei da criação - e jamais deve ser colocada senão num plano horizontal em relação a ele.

Sem dúvida, o asfaltamento daquela estrada tão antiga quanto muitas instituições e homens de hoje, irá ligar os Estados do Sul aos do Norte, através daquela região, com muitos quilômetros de distância a menos, o que representará, em termos de economia para o Paraná e para o país, um respeitável volume.

Além do mais, facilitará a vida daquela gente circunvizinha de municípios a exemplo, de Medianeira, Capanema, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguaçu, Missal, Santa Helena, Francisco Beltrão, Planalto, Planaltina, Santo Antônio do Sudoeste, dentre outras que, a mais de meio século amarga o tráfego de estradas ruins, vivendo longe do asfalto, na pior das dificuldades para o escoamento de suas produções agropecuárias e do seu comércio, na interligação de interesses casados na vida intermunicipal do sofrido interior brasileiro.

Por estas e por muitas outras razões que o espaço dificulta a abordagem, não se vislumbra razão plausível a justificar o desaparecimento da Estrada do Colono, ou o seu não asfaltamento, tudo por questões emocionais que radicalizam movimentos que, embora oportunos e respeitáveis algumas vezes, acabam por ferir interesses legíti-

mos de homens e regiões, tal o caso em apreço.

Acima da Estrada do Colono e da Ecologia, está o homem paranaense e brasileiro. É preciso que se entendam, e que a Estrada do Colono seja, afinal asfaltada".

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 21.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert pelo Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Geronte Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguidó, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achado-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, David Cheriegate e Haroldo Rodrigues Ferreira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 255/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a "Associação Sece", com sede na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 120/86 de 22/10/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 255/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Sece", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 34/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a "Ação Social Vicentina de Peabiru", com sede e foro na cidade de Peabiru. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 29/87 de 07/04/87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 34/87

PARECER:

Autor: Deputado JOSÉ FELINTO

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a AÇÃO SOCIAL VICENTINA DE PEABIRU.

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado José Felinto, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Ação Social Vicentina de Peabiru", com sede e foro na cidade de Peabiru - Paraná.

Visto que foram supridas as exigências da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria e não havendo nenhum óbice de natureza constitucional, o nosso

parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 46/87, de autoria do Deputado David Cheriegate, que denomina de "DOUTOR ARNALDO BUSATO" o Centro de Saúde I, do Município de Santa Terezinha de Itaipu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 38 de 27/04/87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 46/87

PARECER:

O Projeto de Lei de iniciativa do nobre Deputado David Cheriegate denomina de "Doutor Arnaldo Busato" o Centro de Saúde I, do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.05.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;

BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N. 46/87

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, visa denominar de Doutor Arnaldo Busato o Centro de Saúde I, do município de Santa Terezinha do Itaipu.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito deste Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que tal propositura visa atender à solicitação formulada pela Câmara Municipal de Santa Terezinha do Itaipu, a qual houve por bem homenagear o ilustre paranaense, Doutor Arnaldo Busato, um grande defensor da causa pública, principalmente nos assuntos relacionados com a área da saúde.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.87

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator..

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 47/87, de autoria do Deputado David Cheriegate, que declara de Utilidade Pública a "Câmara Júnior de Cascavel - CAJUVEL", com sede e foro no Município de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n. 38 de 27.04.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 47/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, visa declarar de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Cascavel.

Encontrando-se a proposição devidamente justificada e enquadrada nos ditames da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978 (normas para declaração de Utilidade Pública), inexistem impedimentos quanto a sua APROVAÇÃO.

Somos, portanto, de parecer FAVORÁVEL. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 59/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores de Santana do Itararé", com sede no município de Santana do Itararé. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 44 de 06.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 59/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores de Santana do Itararé", com sede no Município de mesmo nome e foro em Wenceslau Braz.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública. A mesma foi fundada em 1985, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano, está ela em efetivo exercício junto a comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não visa fins lucrativos e presta assistência ao educando, procura estreitar o relacionamento entre pais e professores a fim de melhorar o ensino.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos Favoravelmente

pela Aprovação do Projeto de Lei n. 59/87. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.08.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 79/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva, o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga, medindo 12.100m<sup>2</sup>, matriculado sob n° 12.219, Livro 3-C, do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 56, de 27.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 79/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga medindo 12.100 m<sup>2</sup>, adquirido pelo Estado do Paraná a título de doação do próprio Município, matriculado sob n° 12.219, Livro 3-C, do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa, com a sanção do Senhor Governador, conforme os ditames do artigo 21, inc. VIII, letra "c", da Constituição Estadual.

A medida proposta tem como finalidade a construção de uma Sub-Prefeitura, objetivando proporcionar um melhor atendimento àquela população.

O referido Projeto de Lei deixa bem claro em seu artigo 3° que no caso de utilização diversa daquela mencionada, o imóvel retornará ao patrimônio estatal.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
GERNOTE KIRINUS  
Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 079/87

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente Plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído

pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga medindo 12.100 m., adquirido pelo Estado do Paraná a título de doação do próprio Município, matriculado sob o nº 12.219, Livro 3-C, do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, no seu Parecer quanto a legalidade e constitucionalidade da matéria, deu-lhe como favorável, já que entendeu que a competência para a dita doação é da Assembleia Legislativa, com a sação do Senhor Governador, conforme os ditames do Artigo 21, inc. VIII, letra "c", da Constituição Estadual.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do artigo 54 do Regimento Interno, vê-se que a medida proposta tem como finalidade a construção de uma Sub-Prefeitura, objetivando proporcionar um melhor atendimento àquela população.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, à aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 255/86, 34/87, 46/87, 47/87, 59/87 e 79/87.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Raul Victor Lopes, os seguintes Senhores Deputados: Rafael Greca de Macedo, Djalma de Almeida César, Irondi Pugliesi, Algaci Túlio e Sabino Campos, membros da Comissão. Compareceu também o jornalista Carlos Lacerda. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, abordando várias irregularidades ocorridas no futebol paranaense, através de um dossiê de matérias gravadas pela imprensa, pre-

viamente encaminhado a todos os membros da Comissão. O Senhor Deputado Raul Lopes deu nota a intenção de que se houver necessidade, abrir uma sindicância, ou, através de um documento básico a ser elaborado por todos os Deputados presentes, requerer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que não existem elementos suficientes à instalação imediata da mesma. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados presentes, que após ampla discussão a respeito do assunto, conforme notas taquigráficas em anexo, decidiram pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas do Paraná sobre o montante das verbas transferidas pelo Poder Público através dos Órgãos, da Administração Direta e Indireta para a Federação Paranaense de Futebol, nos exercícios financeiros dos últimos 10 anos; à 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, sobre os autos de notificação nº 8.150; e ao Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Curitiba, com referência a real situação da área ocupada pelo atual Estádio do Pinheirão. Foi sugerida, ainda, a convocação do jornalista Costa e Souza e do Senhor José Milani. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 06.08.87.

(aa) RAUL VICTOR LOPES

Presidente da Comissão

ALAN MARCOS ANDRADE

Secretário.

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Artagão Mattos Leão, Gernote Kirinus, Nereu Carlos Massignan, Valderi Mendes Vilela, David Cheriegate, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Basílio Zanusso e Antônio Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 080/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Tal projeto teve Voto em Separado do Deputado Nereu Massignan, sendo acompanhado pelos Deputados: Tadeu Lúcio

Machado e Nelson Vasconcellos. Foi levantada na discussão deste projeto, a inconstitucionalidade de sua iniciativa e não quanto ao seu mérito, com o qual acordaram os presentes ser um meio de se fazer Justiça. 02) Projeto de Lei n. 088/87, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Emenda Substitutiva. Este projeto teve Voto em Separado do Deputado Cândido Bastos, sendo acompanhado pelos Deputados: Nereu Carlos Massignan e Artagão Mattos Leão. 03) Projeto de Lei n. 32/86, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. Tal projeto teve Voto em separado do Deputado Cândido Bastos, sendo acompanhado pelo Deputado Nereu Massignan. 04) Projeto de Lei n. 159/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer no sentido de aguardar completar um ano de personalidade jurídica da entidade. DEFERIDO. 05) Projeto de Lei n. 133/87, de autoria dos Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate, Gernote Kirinus e outros. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 06) Projeto de Lei n. 058/87, de autoria dos Deputados Antonio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 07) Projeto de Lei n. 267/86, de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator: Deputado Gernote Kirinus. O Senhor Deputado Nereu Massignan solicita Vista. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n. 107/87, de autoria dos Deputados José Afonso Júnior e Anibal Khury. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado solicita Vista. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei Complementar n. 086/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado José Afonso Júnior solicita Vista. DEFERIDO. 10) Projeto de Lei Complementar n. 134/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Nereu Massignan. Os Senhores Deputados Djalma de Almeida Cesar, Tadeu Lúcio Machado e Artagão de Mattos Leão solicitaram Vista. DEFERIDO. 11) Projeto de Lei n. 137/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 12) Projeto de Lei n. 140/87, de autoria do Deputado Antonio Bárbara. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei n. 148/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado

em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei n. 125/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 15) Projeto de Lei n. 47/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. O Senhor Deputado Nereu Massignan solicitou Vista, requerendo diligência junto ao autor. DEFERIDO. 16) Projeto de Lei n. 057/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 150/87, de autoria dos Deputados Djalma de Almeida César e Nelson Vasconcellos. Relator: Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 138/87. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei 162/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 144/87, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Lei n. 154/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 139/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei n. 151/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati. Relator: Deputado Valderi Mendes Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 24) Projeto de Lei n. 141/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Valderi Mendes Vilela. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 25) Projeto de Lei n. 246/86, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 26) Projeto de Lei n. 142/87, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 27) Projeto de Lei n. 147/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei n. 121/87, de autoria dos Deputados Nilso Sguarezi e Edgard Pimentel. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com projeto de resolução. O Senhor Presidente solicita seja registrada a presença de uma delegação do Município de Catanduvas, composta pelos Senhores: Teodoro Ribeiro de Oliveira, Prefeito; Jaime Klein, Vice-Prefeito; Jair Gregol, empresário; Tarcísio Miotto, Vereador; Eloi Bosanese, empresário; e Nereu Alves de Moura, Assessor Parlamentar do Senhor Secretário da Administração Mário Pereira. Em tempo: na descrição do Projeto de Lei n. 26/87, que consta da Ata do dia 23.06.87,

figurou o Senhor Deputado Anibal Khury como relator, sendo ele autor do projeto e relator o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everli Terezinha Cleto Chaves, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

(a) Deputado Djalma de A. Cesar  
Presidente  
Everli Terezinha Cleto Chaves  
Secretária  
Cândido Bastos  
Deputado  
e demais assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados Irondi Pugliesi, José Domingos Scarpellini, João

Arruda, Dirceu Manfrinato, Paulo Furiatti, Antônio Costenaro e ainda os Senhores Deputados convidados: Caíto Quintana, Nereu Massignan, Artagão Mattos Leão e Pedro Tonelli. A presente reunião contou com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, doutor Heinz Georg Herwig e do Procurador Geral do Estado, Doutor Wagner Brussolo Pacheco, que foram convidados para debater sobre os problemas do Parque Iguaçu da abertura da Estrada do Colono. Em primeiro lugar foi ouvido o pronunciamento do Senhor Procurador Geral do Estado e a seguir do Senhor Secretário dos Transportes. A seguir fizeram uso da palavra todos os senhores Deputados presentes. Os pronunciamentos e debates da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Gebran do Amaral, secretária, lavrei a presente ata, que depois de aprovado é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado GERNOTE KIRINUS  
Presidente  
MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL  
Secretária.